

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO: ESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS E OCUPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA. SÃO JOSÉ DO RIO DAS MORTES, 1795-1831.¹

Carlos de Oliveira Malaquias²

Resumo: Este texto discute a organização do trabalho nas pequenas unidades de produção familiar a partir da caracterização da força de trabalho presente nessas unidades e da estrutura ocupacional na qual ela era empregada. Toma-se como palco a paróquia de São José do Rio das Mortes durante as transformações ocorridas na passagem do século XVIII para o XIX no Brasil e em Minas.

Palavras-chave: estrutura dos domicílios, produção familiar, Minas Gerais.

Abstract: This work discusses the organization of the labor in the household economy starting from the characterization of its labor force and of the occupational structure in which it was engaged. As stage, it's adopted the parish of São José do Rio das Mortes during the transformations occurred in the passage of the XVIIIth for XIXth in Brazil and in Minas Gerais.

Keywords: household structure, household economy, Minas Gerais.

Desde os trabalhos de Roberto Borges Martins sobre a economia mineira desenvolve-se a imagem de uma província de pequenos roceiros empregando a mão de obra familiar ou com auxílio de alguns escravos.³ O trabalho de Douglas Libby no final da mesma década demonstrou a abrangência da demografia da escravidão em Minas, sugerindo a idéia de que o alargamento na base de proprietários teria permitido a sustentação política e social do regime escravista. Um em cada três domicílios tinha escravos; e não necessariamente tais domicílios devem ser considerados ricos, já que cerca de 66% deles tinham menos de cinco cativos.⁴

A constatação de que no cenário econômico mineiro atuaram principalmente pequenos produtores, baseados na mão-de-obra de sua família ou auxiliados por

* Este trabalho é parte da minha dissertação de mestrado defendida no PPGHIS da FAFICH/UFMG. Durante o mestrado contei com bolsa da Capes..

** Doutorando em História na FAFICH/UFMG.

³ MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982, p.53.

⁴ LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.77.

escravos, ampliou o entendimento da produção mercantil de alimentos no contexto do sistema escravista,⁵ mas pouco progrediu no que tange às relações de trabalho no interior daquelas unidades em que o peso do elemento escravo era diminuto ou inexistente. Afinal, como se estruturava a força de trabalho nestes domicílios e que impactos a expansão da escravidão na virada do século XVIII para o XIX causaria na produção doméstica?

O trabalho de Francisco Eduardo Andrade é um dos poucos a discutir a extensão da produção familiar e a integração dos pequenos produtores à economia escravista. Para Andrade, por sob a complexa caracterização do trabalhador rural nos censos e listas nominativas do século XIX, pode-se distinguir o roceiro como um grupo formado por mestiços e negros livres, em geral não possuidores de escravos.⁶ Outro trabalho na mesma linha foi apresentado por Leandro Braga de Andrade e busca caracterizar o lugar social dos pequenos proprietários na economia mercantil de abastecimento, bem como definir os elementos sócio-econômicos que podem oferecer os contratos sociais entre os proprietários de escravos e as unidades camponesas. As conclusões mostradas pelo autor apontam que o limite entre a unidade familiar e a unidade escravista era “fluido e indistinto”, dependente do perfil dos escravos possuídos e das características da unidade. Outro aspecto com que Leandro Andrade se deparou era que as médias e grandes propriedades vinculavam-se melhor ao mercado tanto comercializando sua produção de alimentos, quanto absorvendo a maior parcela dos africanos traficados para Minas.⁷

Nosso objetivo com esse texto é contribuir com esse debate a partir de uma investigação sobre a organização da mão-de-obra nos domicílios com poucos ou nenhum escravo. Esperamos apontar atributos que permitam caracterizar os pequenos produtores. Nesse sentido, privilegiamos o conhecimento das relações que uniam os moradores dos domicílios, o perfil dos trabalhadores das pequenas unidades produtivas, e como tais trabalhadores se distribuíam pelas setores ocupacionais.

O recorte espaço temporal compreende a freguesia da vila de São José del Rei (atual Tiradentes) entre as décadas de 1790 e 1830. Embora a formação da vila de São

⁵ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 (2ª ed.). Ver discussão sobre o “mosaico de formas não-capitalistas de produção”.

⁶ ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1994. (Dissertação de mestrado).

⁷ ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou camponês: economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana:1820-1850*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007, (dissertação de mestrado), p.67, 73, 79.

José em si possa ser creditada à extração de ouro, na maior parte da freguesia a pobreza dos depósitos aluviais sustentou apenas esforços passageiros de mineração, sendo que foram os solos férteis da região e a crescente demanda por alimentos básicos vinda dos distritos mineradores vizinhos que atraíram colonizadores ao local.⁸ Nos inventários de S. José encontramos farta produção de laticínios, derivados suínos, conservas de frutas, grãos e panos grossos da indústria têxtil caseira; artigos, a princípio, destinados à sustentação das áreas urbanas e de mineração, e posteriormente dirigidos aos mercados do Rio de Janeiro. Sua produção de milho, feijão, arroz, aguardente e açúcar era provavelmente destinada ao consumo no interior da capitania/província.

As décadas de 1790 e 1830 correspondem às datas das principais fontes que utilizamos: o Rol dos Confessados de 1795 e as Listas Nominativas de 1831.⁹ Mas também abarcam um importante momento mudanças econômicas e políticas no Brasil e em Minas. Graças ao “renascimento agrícola”, a fase de mercado crescente e aumento de preços para a agroexportação brasileira,¹⁰ os circuitos de abastecimento interno se tornaram mais dinâmicos, novas áreas no interior da colônia foram ocupadas e um grupo crescente de roceiros teve na produção de mantimentos uma alternativa de sobrevivência e de acesso à riqueza.¹¹ O mercado para os produtos mineiros expandia-se no litoral, especialmente após a chegada da Corte ao Brasil.¹² A comarca do Rio das Mortes, onde se localiza a freguesia de S. José, praticamente triplicou sua população no período. Na virada do XVIII para o XIX, o Brasil voltou a ser o principal destino do

⁸ Pelo menos desde a década de 1730, as solicitações por sesmarias referentes às áreas fora da Vila se pautavam em atividades agropastoris. Ver: TEIXEIRA, Maria L. R. C.. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: o distrito de Lage (1780-1850)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1998, (dissertação de Mestrado). O exemplo da freguesia de S. José, endossa a tese de Alexandre Cunha de que, em Minas, os centros de garimpo, e o complexo urbano montado sobre eles, articularam a produção agrícola e encetaram o espaço rural. CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. Niterói: ICHF/UFF, 2007, pp.93-94.

⁹ Ambas são tentativas de contagem da população que listam nominalmente os moradores de acordo com seus domicílios. O Rol é um arrolamento populacional bastante minucioso de todas as pessoas aptas a se confessar que viviam sob a administração religiosa da paróquia de Sto. Antônio da vila de S. José. As Listas Nominativas fazem parte de uma tentativa de censo provincial iniciada na década de 1830. Como o Rol dos Confessados não lista as pessoas com menos de sete anos, optamos não considerar essa parcela da população nas Listas Nominativas para oferecer mais segurança na comparação entre os dados de cada fonte.

¹⁰ ARRUDA, Jose Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

¹¹ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p.129. MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000, p.151.

¹² MARTINS, Roberto Borges. *A transferência da corte portuguesa para o Brasil: impactos sobre Minas Gerais*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2008.

tráfico de escravos africanos¹³ e Minas participou desse movimento absorvendo 40% distribuídos a partir do porto do Rio.¹⁴

Tratamos, portanto, de corte temporal que abrange o crescimento nas oportunidades de mercantilização da produção e da retomada do tráfico de escravos em Minas. Como a estrutura do trabalho nos domicílios sanjoseenses reagiu ou se modificou nesse contexto é o que passaremos a abordar.

O contexto da força de trabalho

Encontramos a freguesia de S. José do Rio das Mortes em 1795 com escravos em metade dos fogos. Porém, perto de três quartos desses fogos com escravos (71,1%) não tinham mais do que cinco trabalhadores cativos. Quase quarenta anos depois, em 1831, o número de fogos da freguesia se ampliou, mas a presença de escravos diminuiu para apenas dois de cada cinco domicílios. Novamente predominavam os fogos com poucos escravos, próximo de dois terços (61,5%) não contava com mais do que cinco trabalhadores mancipios. Portanto, nos dois momentos, 85% dos domicílios não tinham escravos ou não ultrapassavam o limite de cinco desses indivíduos. Esses dados preliminares nos sugerem que o trabalho realizado na maioria dos fogos sanjoseenses dependia principalmente da mão-de-obra legalmente livre que neles residia, em parte dos casos auxiliada por uma força de trabalho escrava complementar.

Embora pequena, a diminuição do número de fogos com escravos foi acompanhada pela redução de posses com um ou dois escravos, bem como declínio do número de escravos retidos nessas posses, o que sinaliza uma contração na base da pirâmide de proprietários e a ampliação da produção familiar no início do século XIX.

¹³ KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana: América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.132.

¹⁴ FRAGOSO, João L.; FERREIRA, Roberto Guedes. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833. In BOTELHO, Tarcísio R. e outros (orgs.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: Anpuh-MG, 2001. Sobre os ritmos do tráfico para Minas Gerais, ver a periodização elaborada por Libby em LIBBY, Douglas C. O tráfico negreiro e as populações escravas de Minas Gerais c. 1720 – c. 1850. *LASA 2006: Decentering Latin American Studies*. San Juan, Puerto Rico: March 2006.

Tabela 01								
Distribuição da propriedade de escravos em S. José								
Faixas de posse de escravos	1795				1831			
	<i>N de posses</i>		<i>N de escravos</i>		<i>N de posses</i>		<i>N de escravos</i>	
1	236	27,28%	236	4,44%	194	22,00%	185	3,22%
2	140	16,18%	286	5,38%	109	12,36%	208	3,61%
3 a 5	239	27,63%	905	17,01%	239	27,10%	811	14,09%
6 a 10	118	13,64%	877	16,48%	175	19,84%	1141	19,83%
11 a 20	83	9,60%	1189	22,35%	105	11,90%	1315	22,85%
21 a 30	26	3,01%	636	11,95%	28	3,17%	609	10,58%
31 a 50	16	1,85%	646	12,14%	19	2,15%	655	11,38%
mais de 51	7	0,81%	545	10,24%	13	1,47%	830	14,42%
Total	865	100,00%	5320	100,00%	882	100,00%	5754	100,00%

Fontes:

1) “*Rol dos Confessados desta Freguezia de S. Antonio da Villa de S. Joze, Comarca do Rio das Mortes, deste prezente anno de 1795*”. Banco de Dados. Original: IHGT, Tiradentes, MG

2) “*Lista Nominativa dos Habitantes dos Distritos do Termo de São José del Rei; 1831*”. Banco de dados org. por equipe de pesquisadores do CEDEPLAR-UFMG, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Clotilde Paiva. Original: Arquivo Público Mineiro.

Entre 1795 e 1831 a população de São José se ampliou por volta de 22%, passando de 10.919 moradores em 1795 a 13.377 moradores relacionados em 1831.¹⁵ O setor livre, no entanto, cresceu mais do que a média, por volta de 28% o que permitiu que à essa parcela estender sua participação proporcional na população total, indo de 51,3% da população a 57%.

A amplitude da escravidão em Minas Gerais levou historiadores a perceber como a posse de um escravo – o bem primordial da sociedade – modificava a organização dos domicílios. Os resultados mais claros são que, embora não haja grandes dessemelhanças entre os habitantes de fogos com apenas um ou naqueles sem escravos, no que se refere à indicadores como masculinidade, idade, sexo e estado conjugal,¹⁶ há um gradiente nessas características que acompanha a escala de posse de cativos, mostrando que a base da pirâmide proprietária compartilha muito mais características com os não-proprietários de escravos do que com a elite escravista.¹⁷

Por outro lado, o grande número de domicílios com poucos escravos indica a convivência do trabalho escravo e livre dentro da mesma unidade produtiva. O uso do

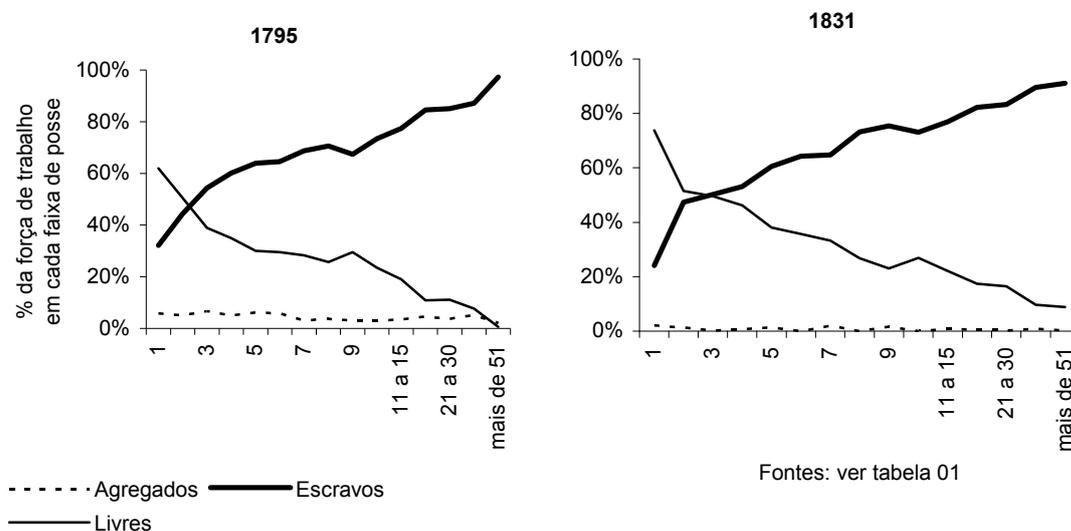
¹⁵ Lembrando que o Rol dos Confessados de 1795 exclui as crianças com menos de 7 anos e que, para fins de homogeneidade entre as fontes, também desconsideramos a população com menos de 7 anos nas Listas Nominativas de 1831.

¹⁶ Conforme mostra COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP editores, 1992.

¹⁷ Conforme ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês: economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007 (dissertação de Mestrado).

braço livre e escravo, aliás, segue proporções inversas como demonstram os gráficos a seguir.

Figura 1. Distribuição da mão-de-obra ativa (15-44 anos) em S. José, segundo a faixa de posse de escravos do domicílio.



Adotamos como idade ativa a faixa entre 15 e 44 anos, sem distinção para sexo ou condição do trabalhador, crente de que esse seria o seu melhor período produtivo; esse corte representa, *grosso modo*, o potencial ativo na força de trabalho e reprodutivo no setor feminino da população.¹⁸ Sendo assim, verifica-se que nos fogos com dois escravos a força de trabalho livre praticamente se iguala à servil tanto em 1795 quanto em 1831. No entanto, no final do XVIII os trabalhadores escravos ultrapassam o livres já nos fogos com três cativos, enquanto no XIX essa superação ocorre timidamente nos fogos com quatro escravos e apenas se destaca nos fogos com cinco ou mais cativos. Até a casa dos fogos com 10 escravos, trabalhadores livres são, pelo menos, um em cada cinco pessoas em idade produtiva. Nesse sentido, é provável que até o patamar de dez escravos o trabalho livre familiar se mesclasse com a mão de obra servil. Além disso, a faixa de posse de até cinco escravos em idade produtiva parece um limite geral adequado para se pensar a produção de base familiar.¹⁹

¹⁸ Embora não haja convergência entre estudiosos sobre entre quais idades se situaria a força de trabalho ativa. Iraci Costa localiza a idade ativa entre 15 e 64 anos. *Arraia Miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP editores, 1992, p.25. Carlos Bacellar desloca essa faixa para entre 8 e 50 anos. BACELLAR, Carlos de A. Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001, p.148, nota: 199. Bergad fala em melhor idade útil para os escravos entre 15 e 40 anos. BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004, p.222. Por fim, SCHWARTZ, Stuart B. aponta essa faixa para entre 14 e 44 anos para os escravos. *Segredos internos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

¹⁹ Apesar de que sabemos que qualquer regra geral encobre realidades distintas. Como afirma Leandro Andrade, “em posses consideradas pequenas, os escravos poderiam compor a maioria dos braços da lide.

Os gráficos supra também mostram que os agregados são uma parcela subsidiária de mão-de-obra na freguesia de S. José, muito diferente do que acontecia nas regiões paulistas de Sorocaba e Itu estudadas, respectivamente, por Carlos Bacellar e Eni Samara. No ano de 1810 em Sorocaba, nos domicílios com entre 1 e 15 escravos os agregados chegavam a representar 70% da força de trabalho dos fogos com menos de cinco cativos e até um quinto dos trabalhadores nos fogos maiores. Em Itu, o agregado representava 10% de toda a mão-de-obra disponível no final do século XVIII, mas sua significância foi progressivamente diminuindo no XIX na medida em que a agricultura comercial de cana-de-açúcar se desenvolvia.²⁰ Essa defasagem pode ser explicada pela baixa difusão da mão-de-obra escrava na região paulista, se a compararmos com a vila de São José: em Itu, os escravos representavam 25,1% da população no período, enquanto que em São José em 1795 esse número chega a 48,17% do total.²¹

No final do século XVIII os agregados somavam 512 pessoas na freguesia de S. José, o que era apenas 4,7% da população e um número quase dez vezes inferior ao de escravos. Em 1831 o número de agregados registrados na freguesia de S. José foi muito menor, apenas 138 pessoas. Uma hipótese para explicar a diminuição do número de agregados é que o *status* desse setor da população tenha sido omitido no censo de 1831. Porém, em dois distritos da freguesia –Pe. Gaspar e Japão – o índice de omissão da relação do morador com o chefe foi baixo, próximo a 2% da população registrada em cada distrito. Nesses mesmos distritos a contagem do Rol de 1795 registrou 62 agregados, 20 em Pe. Gaspar e 42 no Japão. Na contagem de 1831 o número de agregados caiu para 40, 16 em Pe. Gaspar e 24 no Japão. Assim, apesar da possibilidade de que os agregados estivessem subrepresentados nas Listas de 1831, pode-se pensar que houve queda real no número dessa mão-de-obra entre 1795 e 1831. Em Pe. Gaspar e Japão a diminuição registrada é da ordem de um terço, provavelmente uma cifra mais real do que a comparação entre os dados brutos do Rol e das Listas.

Por outro lado, essa mesma posse diminuta poderia se formar por escravos de baixo valor que tinham participação restrita na reprodução da unidade produtiva”. ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou camponês: economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana:1820-1850*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007, (dissertação de mestrado), p.199.

²⁰ BACELLAR, Carlos de A. Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001, p.149. SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano: Itu, 1780-1830*. SP: Edusp, 2005, p.108.

²¹ SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano: Itu, 1780-1830*. São Paulo: Edusp, 2005. Ver LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A.. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d’El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Vol.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000..

De acordo com Maria Luiza Marcílio, a presença de agregados na sociedade rural paulista esteve relacionada à necessidade de mão-de-obra dos fogos. De acordo com ela,

o costume de se aceitarem os chamados "agregados", parentes ou não dentro dos agrupamentos domésticos foi a maneira encontrada pela sociedade para complementar a diminuta força de trabalho familiar e a estrutura da população livre com baixa razão de masculinidade nas idades adultas. Os fogos de famílias de maiores recursos recorriam à importação da mão-de-obra escrava, de preferência adulta e masculina.²²

Em S. José os agregados eram predominantemente masculinos no século XVIII e dividiam-se igualmente entre homens e mulheres no XIX. Quase dois terços deles situava-se na faixa etária ativa (entre 15-44 anos) indicam que realmente os agregados estavam em condições de contribuir com o seu trabalho para os fogos em que viviam. O caráter complementar do braço agregado fica mais patente quando verificamos que eles estavam mais presentes em fogos com poucos escravos e, geralmente, em pequeno número: 55% dos domicílios que abrigavam agregados em 1795 e 79% deles em 1831 contavam com apenas um desses trabalhadores. Em ambos os momentos, um em cada dois fogos com agregados não tinha escravos.

As estruturas domiciliares.

Um problema metodológico inicial que se colocou à nossa pretensão de estudar as estruturas domiciliares em S. José foi selecionar, dentre a variedade de relações que os membros do fogo mantinham entre si, aquelas mais significantes do ponto de vista da organização do trabalho. Nesse caso, a primeira providência foi quantificar essas relações e verificar as mais recorrentes.

Consideramos que as pessoas unidas pelo matrimônio – o chefe e seu cônjuge –, pela descendência direta, como os filhos, netos e bisnetos do chefe, e os parentes ascendentes e colaterais do chefe ou de seu cônjuge como pai, mãe, irmãos, tios, primos(as), sobrinhos(as), sogro(a), cunhados(as) vinculavam-se ao fogo em que habitavam através de relações familiares. Essa, então, foi uma primeira categoria para analisar os vínculos entre os moradores de cada fogo. Outra categoria importante de morador, presente em metade dos fogos em 1795 e em dois quintos deles em 1831, eram os escravos, atados ao domicílio em que viviam por laços de servidão. Tanto o Rol dos Confessados, quanto as Listas Nominativas designam alguns agregados, mais

²² MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, pp.107.

numerosos no Rol, que são aqui considerados como mais uma categoria de vínculo ao fogo. Esse tipo, como já foi contemplado, constituía uma fração pequena da população e uma parcela subsidiária da mão-de-obra. Os chefes de fogo que não possuíam um parente, ritual ou sangüíneo, no seu domicílio foram considerados como sem nenhuma relação com os demais moradores do fogo. A tabela a seguir sintetiza os resultados alcançados.

Tabela 02 Relações que ligavam os moradores aos fogos em que viviam – freguesia de S. José do Rio das Mortes				
	1795		1831	
	N	%	N	%
relações familiares	4452	40,7	3467	25,9
servidão	5298	48,5	5757	43
agregado	512	4,7	138	1
nenhuma relação	569	5,2	899	6,7
não informado pela fonte	96	0,9	3116	23,3
Total	10927	100	13377	100

Fontes: ver tabela 01

Pela tabela percebemos que as relações familiares e de servidão despontam como as mais importantes para explicar como se organizavam os domicílios em S. José nos dois anos considerados. No entanto, quase um quarto da população sanjoseense listada no censo provincial de 1831 não teve seu vínculo com o chefe do fogo mencionado. Essa ausência de dados constituiu o segundo problema metodológico com que nossa análise da estrutura dos fogos deve lidar.

Essas pessoas que o juiz de paz responsável pelo recenseamento não se preocupou em relacionar ao chefe do domicílio poderiam ser agregados, o que, em parte, explicaria porque em 1831 houve uma diminuição tão grande relativamente ao número de agregados registrados em 1795. Parentes do chefe como irmãos, pais e sobrinhos também poderiam estar encobertos. Mas o mais provável é que a omissão dos juizes de paz ocultasse os filhos do chefe ou casal. A idade das pessoas sem relação de parentesco explicitada com o chefe aponta nessa direção: 44% delas tinha entre 7 e 14 anos, ou seja, eram crianças. Além disso, pessoas sem relação explicitada com o chefe raramente habitavam os fogos nos quais moravam o chefe/casal e seus filhos.²³

²³ Alguns exemplos: no fogo de Alexandre Ferreira da Silva de 42 anos e de sua esposa Violante Francisca de 34, moravam as crianças José, de onze anos, e Melianna, de nove. No fogo do capitão Bartholomeu Ferreira de 38 anos, viviam sua mulher, D. Rita Maria, de 27 anos, e Francisca, Annanias e Maria, de, respectivamente, 12, 11 e nove anos. Joanna Maria de 29 anos viviam no distrito de Cláudio apenas em companhia da pequena Adrianna, de 10 anos. As crianças, em todos esses exemplos, não tiveram suas relações de parentesco com os chefes do fogo mencionadas pela fonte.

Acreditamos que entre as muitas pessoas que não tiveram suas relações de parentesco indicadas nas Listas Nominativas, se escondem filhos e filhas dos chefes do fogo.

Tendo essa recomendação em mente, podemos passar à montagem da tipologia das estruturas domiciliares na freguesia de S. José. A principal bibliografia na qual nos baseamos trata dos domicílios de São Paulo na época colonial e no século XIX. Basicamente absorvemos as categorias fundamentais que resumiriam as formas de organização dos domicílios na sociedade paulista no XIX propostas por Eni Samara, a saber: 1) *domicílio singular*: constituído apenas pelo chefe; 2) *domicílio desconexo*: aquele no qual não se identifica relações familiares entre o chefe e seus outros membros; 3) *domicílio nuclear*: estruturado a partir do matrimônio e/ou da descendência direta (presença de filhos); 4) *domicílio extenso*: aquele que apresenta parentes ascendentes ou colaterais do chefe ou casal; 5) *domicílio sem chefe*: fogos com o chefe ausente.²⁴ As alterações empreendidas vão no sentido de ampliar as tipologias à organização das estruturas domiciliares, conceito que envolve realidades mais amplas do que o de família.²⁵ Assim, quando pensamos aqui nas estruturas domiciliares que caracterizaram os fogos, mais do que com a constituição e os tipos de famílias, nos preocupamos com a organização dos grupos domésticos.

²⁴ Ver também SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero/ Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

²⁵ Segundo Maria Luiza Marcílio podemos pensar a “família” como uma noção abrangente que envolve todo o sistema de relações de parentesco ritual ou sanguíneo no qual o indivíduo está envolvido e que pode inter-relacionar vários fogos ou comunidades. Já o fogo deve ser tomado como a unidade de co-residentes, parentes entre si ou não, cujos membros vivem num mesmo domicílio e sob a autoridade de um chefe. MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, p.64.

Tabela 03
Estrutura dos domicílios da freguesia de S. José do Rio das Mortes

Tipo de estruturas domiciliares	1795				1831			
	<i>chefe</i>		Total		<i>chefe</i>		Total	
<i>masc.</i>	<i>fem.</i>	<i>masc.</i>			<i>fem.</i>			
1. Singular								
Apenas o chefe do fogo	199	151	350	20,36%	93	115	208	9,57%
2. Desconexo								
2a. Chefe mais escravo(s)	98	28	126	7,33%	65	54	119	5,47%
2b. Chefe mais agregado(s)	3	7	10	0,58%	5	6	11	0,51%
2c. Chefe mais escravo(s) e agregado(s)	32	18	50	2,91%	5	8	13	0,60%
2d. Chefe mais pessoa(s) sem relação de parentesco explicitada	27	7	34	1,98%	151	397	548	25,21%
<i>soma da categoria</i>	160	60	220	12,80%	226	465	691	31,78%
3. Nuclear								
3a. Chefe acompanhado de filho(s)	13	122	135	7,85%	10	40	50	2,30%
3b. <i>Idem</i> + escravo(s)	17	74	91	5,29%	6	20	26	1,20%
3c. <i>Idem</i> + agregado(s)	0	19	19	1,11%	3	11	14	0,64%
3d. <i>Idem</i> + escravo(s) e agregado(s)	4	28	32	1,86%	3	1	4	0,18%
3e. <i>Idem</i> + pessoa(s) sem relação de parentesco explicitada	0	4	4	0,23%	2	4	6	0,28%
3f. Casal	110	1	111	6,46%	257	1	258	11,87%
3g. <i>Idem</i> + escravo(s)	134	1	135	7,85%	138	0	138	6,35%
3h. <i>Idem</i> + agregado(s)	12	0	12	0,70%	5	0	5	0,23%
3i. <i>Idem</i> + escravo(s) e agregado(s)	31	0	31	1,80%	9	0	9	0,41%
3j. <i>Idem</i> + pessoa(s) sem relação de parentesco explicitada	8	0	8	0,47%	539	3	542	24,93%
3k. Casal e filho(s)	124	1	125	7,27%	86	0	86	3,96%
3l. <i>Idem</i> + escravo(s)	180	0	180	10,47%	85	0	85	3,91%
3m. <i>Idem</i> + agregado(s)	27	0	27	1,57%	10	0	10	0,46%
3n. <i>Idem</i> + escravo(s) e agregado(s)	61	0	61	3,55%	9	0	9	0,41%
3o. <i>Idem</i> + pessoa(s) sem relação de parentesco explicitada	12	0	12	0,70%	6	0	6	0,28%
<i>soma da categoria</i>	733	250	983	57,18%	1168	80	1248	57,41%
4. Extenso								
4a. Chefe acompanhado de parente(s)	31	23	54	3,14%	9	4	13	0,60%
4b. Chefe e filho(s) acompanhados de parente(s)	3	19	22	1,28%	0	3	3	0,14%
4c. Casal mais parente(s)	19	0	19	1,11%	3	0	3	0,14%
4d. Casal e filho(s) mais parente (s)	27	1	28	1,63%	7	0	7	0,32%
<i>soma da categoria</i>	80	43	123	7,16%	19	7	26	1,20%
5. Fogos sem chefe								
Chefe ausente ou não mencionado	-	-	43	2,50%	-	-	1	0,05%
<i>soma geral</i>	1206	513	1719	100%	1507	667	2174	100%

Fontes: ver tabela 01

Na freguesia de S. José, formas de organização domiciliar que envolviam parentesco ascendente e/ou colateral eram pouco comuns e representavam um proporção pequena dos fogos. Por outro lado, nota-se a predominância de fogos que se organizam em torno de relações nucleares de parentesco. Mais da metade dos fogos, tanto em 1795, quanto em 1831. Mas, nessa última data a proporção desse tipo de

domicílio deve ser maior, tendo em vista que muitos filhos de casais e de homens e mulheres solteiros ou viúvos não foram mencionados pela fonte, como discutimos acima. A proporção de domicílios organizados a partir de famílias nucleares deve ter sido por volta de três quartos dos domicílios em 1831.²⁶

Semelhante domínio do domicílio nuclear foi percebido para o termo da cidade de São Paulo por Elizabeth A. Kuznesof.²⁷ Mas de acordo com a autora num trabalho posterior, a lógica familiar da organização social na colônia não pode ser reduzida ao domicílio; ela era mais ampla e envolvente, englobando o parentesco ritual, o compartilhamento de um sobrenome e mesmo as relações de negócio. A autora fala em “posição dominante” das relações de parentesco e da família “como uma instituição social no Brasil”. A lógica de uma sociedade familiar, portanto, ultrapassaria os limites do domicílio.²⁸

Embora alta, a proporção de fogos que se organizam em torno de relações nucleares fica aquém do registrado por Maria Luiza Marcílio para a capitania/província de São Paulo nos anos de 1798 e 1828. Nestas datas, Marcílio verifica que os domicílios de família simples – com apenas um núcleo familiar – eram quase 90% dos fogos sem escravos e, em média, 75% dos fogos que possuíam cativos.²⁹ De alguma forma, a economia da freguesia de S. José deve ter oferecido oportunidades de manutenção para um significativo percentual de domicílios cujos membros prescindiam de laços parentais. Como veremos a seguir, essa economia apresentava um grau de diversificação alto em relação à São Paulo. A agricultura de subsistência, que segundo Marcílio teria caracterizado a vida rural paulista, provavelmente demandava ainda mais a família como instância de trabalho e produção. Em São José, os altos níveis de uso do

²⁶ Se somarmos ao total desta categoria os fogos que aparecem constituídos de chefe mais pessoa sem relação de parentesco com chefe explicitada na fonte.

²⁷ KUZNESOF, Elizabeth Anne. *Household economy and urban development: São Paulo 1765 to 1836*. Colorado: Westview Press, 1986 (Dellplain Latin American Studies, nº18), pp.154-156, esp. tabelas VI:1 e VI:2.

²⁸ KUSNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). In SAMARA, Eni de Mesquita. *Família e Grupos de Convívio. Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol.9, nº17, pp.37-64, set.1988-fev.1989, p.44. Para Kusnesof, essa forma familiar de ordenamento do mundo marcou o desenvolvimento da maior metrópole brasileira, São Paulo, e era claramente perceptível na década de 1980, quando escrevia. De acordo com ela: “A existência generalizada de ligações pessoais para lidar com problemas em uma sociedade, em geral significará que os esforços para a mobilidade social e conquista de objetivos através de meios impessoais será ineficaz. Assim, a persistência de métodos personalistas de organização no Brasil necessariamente conterà qualquer esforço para criar regras impessoais para tratar de tais assuntos. Com efeito, os brasileiros, na sua maioria, não favorecem tais aplicações impessoais da lei.” Idem, *Ibidem*, p.64.

²⁹ MARCILIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, p.102. Ver tabela 19.

trabalho escravo, por outro lado, devem ter, ao contrário de São Paulo, possibilitado a vários domicílios se sustentarem sem a presença de uma família.

É interessante observar a contração dos fogos singulares entre 1795 e 1831 em São José, de um quinto, essa categoria cai para um décimo dos fogos entre os dois anos. O declínio do aglomerado urbano da vila sede da freguesia pode ser uma explicação, uma vez que diminui o mercado e as oportunidades para esses solitários. Outra mudança interessante é que os fogos singulares eram governados principalmente por homens no século XVIII, enquanto no XIX eles são chefiados por mulheres na maior parte dos casos. Chefes de fogo femininas viviam principalmente sozinhas ou acompanhadas de seus filhos no final do século XVIII, ou acompanhada de filhos e escravos. Na década de 1830, mulheres chefiando o domicílio viviam sozinhas ou acompanhadas de uma pessoa sem relação de parentesco explicitada.

A estrutura ocupacional em 1831

Apenas para o ano de 1831 há dados sobre as ocupações dos habitantes da freguesia de S. José. Conhecendo o declínio populacional da sede da vila no período em tela, é bastante provável que esses dados apresentem números mais baixos quanto aos ofícios e ocupações tradicionalmente ligados a áreas urbanizadas – o que deve ser particularmente verdade para as atividades comerciais e de transformação, exceção feita à fiação e tecelagem, realizadas também em domicílios rurais.

As ocupações registradas nas Listas Nominativas de 1831 foram agrupadas em ramos e setores de ocupação e podem ser vistas no Quadro 01 a seguir. A obra de referência para essa organização foi o *Transformação e Trabalho* de Douglas Libby.³⁰ A maior dificuldade foi lidar com as pessoas que possuíam mais de uma ocupação e, nesses poucos casos, optamos arbitrariamente por apenas uma ocupação. Contra a tentação de dividir as ocupações nos clássicos três setores da economia, ficamos atentos à advertência de Douglas Libby, para quem, “ao se insistir na utilização de tal instrumento classificatório, corre-se o risco de cometer o pecado de análise anacrônica, assim encobrando a realidade histórica em mira”.³¹ Maria Luiza Marcílio, embora empregue a divisão por setores das ocupações do passado em seus trabalhos, lembra que “uma das características das sociedades agrícolas pré-industriais reside na maior

³⁰ Copiei o quadro 01 às pp.37-38, com poucas modificações. LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

³¹ Idem, *Ibidem*, p.74 e p.80.

interpenetração de atividades econômicas e na menor nitidez na divisão de trabalho”.³² O setor de Profissionais liberais, Militares, Eclesiásticos e Funcionários ilustra bem os problemas de uma divisão por setores econômicos. Os chefes de fogo nesse setor possuíam quase 4% de todos os escravos em idade produtiva da freguesia e empregavam trabalhadores livres e cativos na agricultura, pecuária, artesanato em tecidos e outras atividades de transformação. As atividades com as quais esses chefes de domicílio se apresentam dificilmente envolvem todos, ou pelo menos a maior parte dos membros do fogo, ao contrário do que acontece com as outras categorias de ocupação. Dessa forma, é temerário enquadrar esses casos num artificial setor terciário da economia.

³² MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, pp.109. Ver, da mesma autora, *Caiçara: terra e população*. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Edusp, 2006, p.157 e seguintes.

Quadro 01
Ocupações registradas em S. José del Rei nas Listas Nominativas de 1831 –
segundo setor e ramo de ocupação

1. Agropecuária: lavrador (195), vaqueiro (2), campeiro/campineiro (24), criador (3), hortelão (89), rancheiro (2), lavrador e criador (9), engenho de cana (5), lavrador e engenheiro de cana (3), lavrador, criador e engenheiro de cana (2)

2. Mineração: faisgador (1), mineiro (109), mineiro da cia. dos ingleses (diretor) (1).

3. Atividades de transformação:

3.1. Trabalhadores em Madeira: carpinteiro (89), marceneiro (1), criador e carpinteiro (1), carapina (32).

3.2. Trabalhadores em Metais: caldeireiro (3), ferreiro (60), fogueteiro (1), latoeiro (12), ourives (31),

3.3. Trabalhadores em Couros e Peles: curtidor (1), sapateiro (100), seleiro (14).

3.4. Trabalhadores em Barro: oleiro (3), paneleiro (6), telheiro (4), lavrador e oleiro (1).

3.5. Trabalhadores em Fibras: penereiro (1)

3.6. Trabalhadores em Vestuário: alfaiate (89), bordadeira (5), chapeleiro (1), costureira (184), fiadeira e costureira (9), fiadeira, rendeira e bordadeira (1), fiadeira, tecedeira e costureira (3), fiadeira e bordadeira (2), costureira e bordadeira (1), tecedeira e costureira (2)

3.7. Trabalhadores em Tecidos: fiadeira (1043), fiadeira e tecedeira (13), rendeira (40), tecedeira (84), lavradora e fiadeira (2), fiadeira e rendeira (1).

3.8. Trabalhadores em Edificações: pedreiro (41), taapeiro (1), arquiteto (1).

4. Comércio e Transporte:

4.1. Comerciantes: caixeiro (10), quitandeira ou doceira (2), carnicheiro (1), negociante mascate (8), negociante (118), taberneiro (9), padeiro (1), negociante de venda (11), lavrador e negociante (4), traficante (1).

4.2. Tropeiros e trabalhadores em transporte: arrieiro (2), boiadeiro (5), carreiro (29), tropeiro (11).

5. Serviço Doméstico: serviço doméstico (41), cozinheira (23), lavadeira (2), criado ou pajem (4).

6. Profissionais liberais, Militares, Eclesiásticos e Funcionários: agência (29), barbeiro (2), cirurgião (4), eclesiástico (19), médico (1), entalhador (2), escrivão (5), boticário (3), juiz de paz (1), músico (9), parteira (2), pintor (3), professor (5), sacristão (1), militar (7), solicitador (2), lavrador e cirurgião (1), enfermeira (1), tabelião (1), oficial de justiça (1), rábula (1).

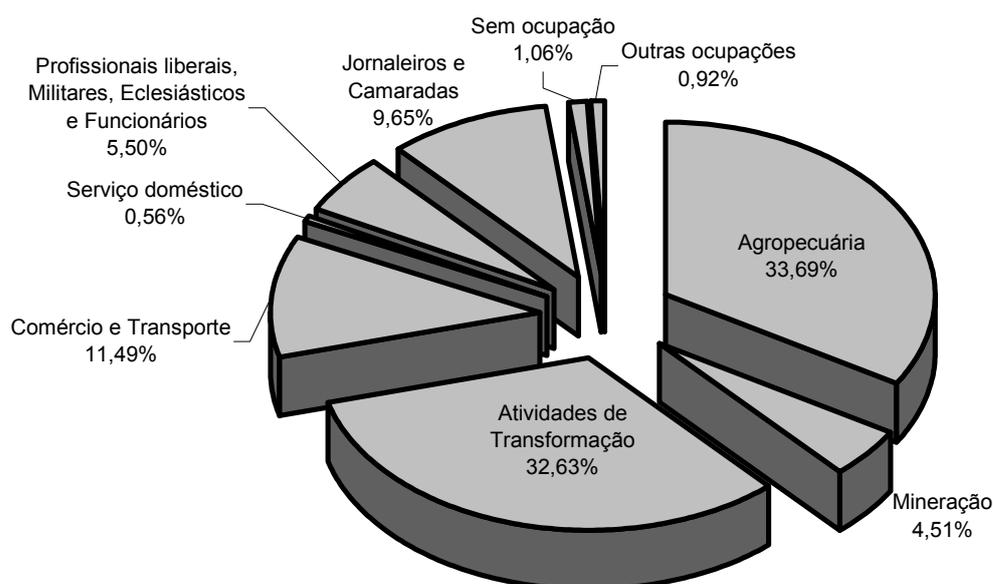
7. Jornaleiros e Camaradas: camarada (16), jornaleiro (192).

8. Sem ocupação: estudante (8), enfermo, doente ou idoso (24), indigente (9), desocupado (2).

9. Outras ocupações: santeiro (1), livreiro (1), cabeleireiro (1), secretário (1), santeiro (1), valeiro (2), picador (2), pescador (1), feitor (12), administrador (10).

Para 74,8% de toda a população arrolada nas listas nominativas de 1831 não há informação de ocupação. Excluindo as pessoas com menos de 14 anos, normalmente dependentes e ainda sem um ofício, o percentual de omissão não melhora muito: cai para 64,1%. Entre os escravos a ausência de dados de ocupação é maior do que o índice geral e abrange 81,1% dessa mão-de-obra. Dessa forma, optamos por considerar apenas a ocupação do chefe de fogo; para estes a omissão é menor e abrange cerca de um terço.

Figura 2: Ocupação dos chefes de fogo em 1831 (excluídos os casos sem informação)



Fontes: ver tabela 01

Percebemos que os fogos cujos chefes se dedicavam à agropecuária eram a maior parte, 33,7%, seguidos de perto pelos fogos cujos chefes estavam envolvidos com as atividades de transformação, 32,6%. Os fogos cujos chefes dedicavam-se ao comércio ou transporte são 11,5% do total, enquanto os chefes de fogo jornaleiros e camaradas são 9,6%. A mineração, na terceira década do século XIX, não ocupava mais do que 4,5% dos chefes de fogo na freguesia de S. José.

Essa configuração das ocupações na freguesia de São José mostra uma diversificação maior do que a capitania/província de São Paulo num período semelhante ao aqui analisado.³³ As atividades de transformação são importantes para esse panorama. Como defende Douglas Libby, essas atividades eram pujantes nas Minas

³³ Conf. MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, pp.111-114.

oitocentistas devido à demográfica crescente da província e às barreiras naturais à importação de industrializados.³⁴

Para a distribuição da força de trabalho entre os setores de ocupação foi construída a tabela abaixo. A tabela subsequente mostra, percentualmente, a distribuição de posses de escravos entre os setores.

setor de ocupação do chefe do fogo	escravos			livres		
	N	%	média	N	%	média
Não informado	1029	26,73%	1,36	1237	31,16%	1,64
Agropecuária	1881	48,87%	3,94	1022	25,74%	2,14
Mineração	68	1,77%	1,06	107	2,70%	1,67
Atividades de Transformação	292	7,59%	0,63	843	21,23%	1,82
Comércio e Transporte	390	10,13%	2,39	318	8,01%	1,95
Serviço doméstico	2	0,05%	0,25	12	0,30%	1,50
Profissionais liberais, Militares, Eclesiásticos e Funcionários	146	3,79%	1,87	158	3,98%	2,03
Jornaleiros e Camaradas	8	0,21%	0,06	241	6,07%	1,75
Sem ocupação	2	0,05%	0,13	16	0,40%	1,07
Outras ocupações	31	0,81%	2,38	16	0,40%	1,23
Total	3849	100%	1,77	3970	100%	1,83

Fonte: ver tabela 01

Setor de ocupação do chefe do fogo	s/ escravos		1 ou 2 escravos		3 a 10 escravos		11 ou + escravos		Total
Não informado	502	66,49%	88	11,66%	127	16,82%	38	5,03%	755
Agropecuária	166	34,73%	75	15,69%	139	29,08%	98	20,50%	478
Mineração	55	85,94%	4	6,25%	2	3,13%	3	4,69%	64
Atividades de Transformação	315	68,03%	74	15,98%	71	15,33%	3	0,65%	463
Comércio e Transporte	62	38,04%	35	21,47%	49	30,06%	17	10,43%	163
Serviço doméstico	6	75,00%	1	12,50%	1	12,50%	0	0,00%	8
Profissionais liberais, Militares, Eclesiásticos e Funcionários	35	44,87%	18	23,08%	20	25,64%	5	6,41%	78
Jornaleiros e Camaradas	129	94,16%	7	5,11%	1	0,73%	0	0,00%	137
Sem ocupação	14	93,33%	0	0,00%	1	6,67%	0	0,00%	15
Outras ocupações	8	61,54%	1	7,69%	3	23,08%	1	7,69%	13
Total	1292	59,43%	303	13,94%	414	19,04%	165	7,59%	2174

Nota: as porcentagens somam 100% na horizontal

Fontes: ver tabela 01

Os fogos cujos chefes se dedicavam à agropecuária detinham quase a metade dos escravos em idade produtiva de S. José: 48,87%. Conquanto nada garanta que todos esses escravos, de fato, se ocupassem de atividades agrícolas ou pastoris, é um dado significativo que as maiores posses de escravos estavam nas mãos de senhores dedicados à agropecuária – cerca de 60% das posses com mais de 11 escravos – o que

³⁴ LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp.348-350 e p.354.

aponta a maior capacidade de aquisição e manutenção de escravos por este setor econômico. Destacam-se neste grupo os chefes de fogo ocupados com engenhos de cana: das seis posses com mais de 51 escravos, quatro estavam nas mãos de donos de engenho.

Contudo, mais de um terço (34,7%) dos domicílios cujos chefes eram dedicados à agropecuária não tinha nenhum escravo e outros 15,7% possuíam um ou dois cativos, o que garante que metade das unidades envolvidas com a agropecuária visivelmente era de pequeno porte. Corroborando essa inferência, percebe-se que mais de um quarto (25,7%) da força de trabalho livre vivia em domicílios cujos chefes dedicavam-se à agropecuária.

Exemplos destes pequenos produtores podem ser encontrados com facilidade nos inventários de S. José. O inventário de Francisco de Souza Maia, aberto no ano de 1804, mostra que esse produtor cultivava 15 carros de milho e criava duas dúzias de porcos e mais cinco vacas, sem o auxílio de nenhum escravo.³⁵ João Vieira Lopes, da fazenda do Ribeirão, no arraial da Lage, possuía 14 arrobas de algodão e seis carros de milho que poderiam ser usados no tear aparelhado que tinha em casa e para alimentar seus oito porcos, respectivamente.³⁶ Entre os bens deixados por José Correia da Silva são listados 2 alqueires de milho e um alqueire de feijão, além de 20 porcos. Nenhum escravo aparece entre seus bens, mas o trabalho não deveria ser pouco uma vez que havia 4 foices, 3 enxadas, dois machados e mais um tear e 4 rodas de fiar.³⁷

Esses poucos casos trazem elementos importantes do trabalho rural que a historiografia recente tem ressaltado. As culturas do milho e feijão, normalmente associadas, eram, como mostra José Newton Meneses, a possibilidade produtiva que melhor atendia aos hábitos de consumo alimentar e ao emprego de mão-de-obra. O preparo da terra para o plantio do milho possibilita a semeadura concomitante do feijão e a colheita dos dois cultivos ocorre em épocas diferentes: o milho dá frutos em 150 dias, enquanto o feijão em apenas 90. Entre a semeadura e a colheita há a necessidade

³⁵ Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do IPHAN, 13ª SR SJDR. Inventário. MAIA, Francisco de Souza. 1804, cx. 149.

³⁶ Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do IPHAN, 13ª SR SJDR. Inventário. LOPES, João Vieira. 1819, cx. C-15.

³⁷ Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do IPHAN, 13ª SR SJDR. Inventário. SILVA, José Correia da. 1824, cx. 251.

apenas de uma ou duas capinas o que possibilita o uso da mão-de-obra em outras atividades nestes intervalos de tempo.³⁸

Em meio a essas outras atividades, a mais importante em S. José foi o artesanato em algodão. Como já tivemos a oportunidade de mostrar, segundo as Listas Nominativas de 1831, esta era a atividade mais comumente exercida nos fogos cujos chefes se dedicavam à agricultura e criação, empregando, sobretudo, mulheres.

Quanto à criação de animais, os suínos são a principal alternativa para os pequenos produtores. São animais de matrizes baratas, que podem ser criados soltos nos quintais, se alimentam, em parte, com o que encontram e, em parte, com o milho que a própria unidade produzia, e se reproduzem com facilidade, cada fêmea podendo gerar de seis a dez novos animais a cada ano. Afora isso, sua carne poderia ser conservada por longos períodos na própria gordura e as mantas de toucinhos salgadas suportavam ser transportadas e vendidas em lugares distantes.

Em estudo sobre o Termo da vila de São João del Rei, Afonso de Alencastro Graça Filho não observa uma contribuição muito significativa das formas de produção de tipo familiar, ou camponesa, no produto total mercantilizado pelo município. Segundo Graça Filho, a “necessidade extensiva do manejo da pecuária e a sua combinação com a lavoura de mantimentos foram fatores inibidores, na região abordada, da contribuição econômica dos pequenos produtores na produção mercantil alimentar”.³⁹ Assim, as grandes unidades escravistas de alimentos tinham participação predominante no comércio de abastecimento de longa distância. As pequenas produções provavelmente abasteciam o mercado local e sustentavam os ranchos de parada de tropeiros e vendas de beira de estrada.

Um terço dos fogos em S. José se ocupavam de atividades de transformação, o que sinaliza a diferenciação econômica da paróquia. Era a demanda de instrumentos pela agricultura e de outros artigos pela dispersa malha urbana da freguesia que sustentavam essas atividades e uma importante população não agrícola.

Havia uma gama de atividades artesanais essenciais à vida material. Normalmente se associa essas atividades ao ambiente urbano, mas elas eram também fundamentais para a vida rural. Como afirma José Newton Meneses, praticamente todo o beneficiamento básico de alimentos, como as farinhas e os fubás, os polvilhos, a

³⁸ MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000, pp.179-185.

³⁹ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*; São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2002, p.24.

aguardente, rapaduras, açúcar e os queijos, dependiam de instrumentos feitos de madeira. Da mesma forma, as enxadas, foices, machados, alavancas, peças para engenhos de açúcar e enghocas de aguardente, as ferrações das rodas dos carros de bois, as ferraduras e os cravos, eram todos confeccionados por oficiais de ferreiro e vitais para a produção agrícola e seu transporte.⁴⁰

Pouco mais de um quinto (21,1%) de toda força de trabalho livre da freguesia habitava fogos dedicados às atividades de transformação. Já os escravos eram pouco freqüentes nestes fogos, apenas 7,6% da mão-de-obra servil em idade ativa estava nestes domicílios, perfazendo uma distribuição média inferior a um escravo por fogo. 68% dos fogos cujos chefes dedicavam-se ao artesanato não tinham escravos e outros 16% deles possuíam apenas um ou dois escravos. Isso significa que, em mais de quatro quintos das unidades produtivas de transformação, o trabalho dependia de braços livres, do chefe e/ou deste e sua família. A participação de artesãos entre os donos de posses médias ou grandes é muito pequena: 27 indivíduos tinham posses entre 6 e 10 escravos e apenas 3 pessoas tinham plantéis maiores do que 11 escravos.⁴¹ Trata-se, portanto, de um seguimento que se pode afirmar que seja pouco dependente do trabalho escravo, e certamente menos dependente deste trabalho do que a agropecuária.

Os chefes de fogos que participam do setor de comércio e transporte detinham 10% da escravaria em idade produtiva da paróquia e englobavam uma percentagem semelhante da força de trabalho livre, 8%. Embora a maior parte dos chefes de domicílios deste setor não tenham escravos, quase um terço deles possuem entre 3 e 10 cativos. Especialmente entre os negociantes, as atividades agrícolas eram também exercidas no domicílio, visto os 25 homens escravos registrados como lavradores nestes fogos. Entre os tropeiros e carreiros, era comum o emprego das mulheres da família no artesanato de tecidos, pois são contadas 51 mulheres livres como fiandeiras, tecedeiras e costureiras em seus fogos. O comércio e o transporte demonstram-se ligados com atividades produtivas agrárias e de transformação o que, como afirmamos, dificulta o trabalho de dividir a economia das sociedades do passado em setores econômicos.

No setor de mineração, a que se dedicam poucos chefes de fogo, algumas grandes empresas elevam a média de posse: um mineiro possuía 39 escravos e um segundo 59. Um terceiro era diretor da cia. dos ingleses, provavelmente a General

⁴⁰ MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000, p.229 e p.234.

⁴¹ Esses fogos eram chefiados por dois oleiros – um dos quais conjugava sua atividade com a lavoura – e uma fiandeira.

Mining Association, uma empresa de vida fugaz e que deixou pouca informação a seu respeito;⁴² Roberto Henrique Millivard, foi relacionado com 179 cativos que provavelmente pertenciam à ou foram alugados pela companhia. Como mostra Libby, no século XIX as poucas posses de escravos com mais de cem escravos estavam predominantemente nas mãos de Cia's inglesas de mineração.⁴³ Estes 179 escravos, no entanto, não tiveram as idades mencionadas e não foram considerados na tabela acima.

O empreendimento dos ingleses nas décadas de 1820 e 1830 trouxe impactos para a vila. O aumento da população da sede da freguesia, a concentração de escravos, o aumento dos aluguéis e o retorno a um dinamismo urbano de fôlego curto,⁴⁴ foram causados pela tentativa de mineração em profundidade intentada pelos Ingleses. Quase todos os mineiros citados pelas Listas Nominativas residiam na vila de S. José, certamente próximos das instalações da Cia., que nos sugere que parte deles fossem funcionários. Por exemplo, o fogo de número 308, seguinte ao do diretor Millivard sobrecitado, era habitado por Francis Xavier Hacheder, de 36 anos, sua esposa Maria Hacheder, de 26 anos, e Jozé Hausberger de onze. Francis Hacheder provavelmente era um dos doze mineiros alemães contratados pela General Mining Association, embora sua nacionalidade não tenha sido informada pelas Listas Nominativas. Da mesma forma, foi listado o mineiro Thomaz Fritz, de 30 anos, que dividia o fogo nº 279 com o outro mineiro Fritz, de 40 anos. Os mineiros Julio Berivardo Postzold, Joan Friedrich e Guilherme Weinsshack, habitavam solitários os fogos de nº 37, 29 e 25, respectivamente. Espalhados entre esses domicílios de funcionários estrangeiros da Cia., existiam fogos de brasileiros com a ocupação de mineiro declarada. Parte deles viviam sozinhos em seus fogos, mas um número considerável morava com a família.

O fato de que em 86% dos fogos chefiados por mineiros não existissem escravos, nos faz acreditar ainda mais que parte deles era, de fato, funcionários da cia. dos ingleses. Assim, a mineração em profundidade foi um empreendimento importante para emprego de mão-de-obra livre na vila.

Quanto à mineração tradicional, de superfície, há indícios dessa atividade na aplicação do Pe. Gaspar, onde viviam alguns mineiros registrados pelas Listas

⁴² Ver LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.272-273.

⁴³ Idem, *Ibidem*, p.257.

⁴⁴ Sobre essas modificações ver CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes (1810-1844)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1998, (dissertação de Mestrado). Segundo as Listas Nominativas de 1838, a população da vila de S. José, agregada à da capela do Bichinho, é de 2.364 pessoas, contingente 22,7% inferior ao registrado nas Listas de 1831 (3.057 pessoas, sem excluir a população com menos de sete anos).

Nominativas. Essa mineração deve ter começado tardiamente, uma vez que não se menciona o garimpo como fato de ocupação da localidade. Próximo à capela do Pe. Gaspar, no lugar chamado de “Corgo”, existe indicação da propalada conjugação de mineração e atividades agropecuárias em Minas na virada do século XVIII para o XIX. O inventário do português capitão Manoel Lobo de Castro, datado de 1805, apresenta terras de minerar, de pasto e cultivo, um rebanho de 42 bovinos e 44 caprinos, sendo o trabalho realizado pelos seus 60 escravos.⁴⁵

6,4% dos chefes de domicílio em S. José eram jornaleiros e camaradas. Não pudemos verificar se esses trabalhadores sustentavam integralmente seus fogos com a venda de seus jornais ou apenas complementavam sua produção. A presença de 35 fiandeiras livres e 3 oficiais de sapateiro também livres registrados nos fogos chefiados por jornaleiros apontam a segunda alternativa. No caso do termo de Mariana, nas décadas iniciais do século XIX, Leandro B. Andrade sugeriu que esses trabalhadores fossem resultado do momento de expansão das atividades agropecuárias, o que pode ter gerado uma maior demanda por mão de obra. Indivíduos livres pobres, diante da dificuldade de garantir sua subsistência e/ou do seu núcleo familiar, valeram-se da venda da sua força de trabalho para fazendas e sítios da região.⁴⁶ Na mesma linha de argumentação, Maria L. Marcílio mostra a expansão dos assalariados rurais em São Paulo entre o fim do século XVIII e as primeiras décadas do XIX e propõe que esse crescimento seja efeito do desenvolvimento agrícola da capitania/província a partir da introdução da lavoura comercial.⁴⁷ Por outro lado, em Ubatuba, definida por Marcílio como uma sociedade de agricultura de subsistência e raramente monetária, os jornaleiros foram raros, mas apareceram em maiores quantidades nas fases de depressão da vila. Segundo a autora, os domicílios de jornaleiros “deveriam ser as famílias pobres, sem possibilidades de ocupação [de terras] e lutando para sobreviver através de pequenos serviços esparsos e temporários”.⁴⁸ Essa noção de trabalho temporário e complementar nos parece ajustada ao caso sanjoseense, no qual o jornaleiro, durante os

⁴⁵ Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do IPHAN, 13ª SR SJDR. Inventário. CASTRO, Manoel Lobo de. 1805, cx. 504.

⁴⁶ ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês: economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007 (dissertação de Mestrado), p.62.

⁴⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000, p.115-116.

⁴⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população*. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Edusp, 2006, p.117.

períodos em que não estivesse empregado, poderia dedicar-se a um cultivo próprio que, contudo, não seria suficiente para a manutenção de sua família.

Considerações finais

Alguns traços definiram uma maioria de pequenos produtores baseados no trabalho familiar. Em primeiro lugar, a maioria dos fogos não tinham escravos; mas, naqueles fogos em que o elemento servil estava presente sobressaiam-se pequenas posses, normalmente não maiores do que cinco cativos. Em segundo lugar, vimos que até o limite de cinco escravos em idade produtiva, a força de trabalho adulta e livre nesses fogos superava o trabalhador escravo. Em terceiro, percebemos que em meio à população livre os laços de parentesco eram os principais vínculos que atavam os moradores a seus fogos; dentre tais laços dominava o parentesco nuclear. Durante todo o período, a maioria dos domicílios organizou-se em torno de um grupo de parentesco nuclear, o que se verificou nos fogos com escravos e sem eles. Finalmente, os jornaleiros, camaradas e outras formas de trabalho livre externa ao fogo eram pouco expressivas. Além disso, o trabalho a jornal era temporário e complementar. O agregado era uma parcela subsidiária da mão-de-obra e, para muitas pessoas, foi uma situação temporária, até que reunissem as condições para assentar um fogo.

Assim, a “*constelação de unidades familiares independentes*”⁴⁹ constituía-se numa clara maioria produtiva e, enquanto houvesse terras a apropriar em Minas Gerais e fosse disponível a essas unidades dispor sobre seus meios de produção, o recurso ao trabalho escravo seria uma necessidade,⁵⁰ mesmo porque, com a ampliação de mercados no final do século XVIII e início do XIX e a ampliação na oferta de escravos, essa classe de pequenos produtores estava cada vez mais seduzida a tornar-se uma classe de senhores.

⁴⁹ MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.

⁵⁰ Seguindo aqui a tese de Martins sobre o apego da economia mineira à escravidão. Idem, *Ibidem*.